

AO MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

À COMISSÃO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREDERICO WESTPHALEN RS	
PROTOCOLO	
Nº 3921/2022	Data 03/02/22
Assunto: Tomada de Preços 23/21	
Destino: Setor de Licitação	
Servidor: Ubaldo	

RECURSO EM FACE DE INABILITAÇÃO

A empresa VPR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 37.049.917/0001-90, estabelecida na Rua Tenente Portela, nº 604, Centro de Frederico Westphalen/RS, vêm, através de seu representante legal e assessora jurídica, apresentar RECURSO em face de sua INABILITAÇÃO, no processo licitatório de Tomada de Preços nº 23/2021, nos termos seguintes.

DOS FATOS

A empresa VPR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, realizou cadastro junto ao Município de Frederico Westphalen/RS, para participar da licitação modalidade Tomada de Preços nº 23/2021, na data de 01/02/2022, às 9:00hs.

O cadastro da empresa é válido. Para cadastro foram exigidos todos os documentos constantes do edital. Para realizar o cadastro ou a atualização cadastral e receber o Certificado de Cadastro de Fornecedor a licitante deverá se dirigir até o Setor de Compras do município localizado na Rua José Cañellas, nº 258, Centro, munida com os documentos de habilitação exigidos pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 - item 06 deste edital.

Ocorre que a empresa recorrente foi inabilitada no certame, por não apresentar novamente no envelope de Habilitação, o seu Contrato social, conforme item 6.2.2 do Edital de Tomada de Preços nº 23/2021. Ou seja, o mesmo documento exigido para emissão do seu Certificado de Cadastro, deveria ter sido novamente apresentado no envelope de habilitação.

A recorrente, portanto, não concordando com a tomada de decisão (Inabilitação da recorrente) pela Comissão de Licitações do município, vem apresentar recurso em

 **VPR CONSTRUTORA**

Rua Tenente Portela, 604 APT 302
Fone (55) 9 9686-1855

K

tempo hábil, para que a mesma comissão reconsidere e proceda a habilitação da licitante VPR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pelas razões de direito que serão expostas.

DO DIREITO

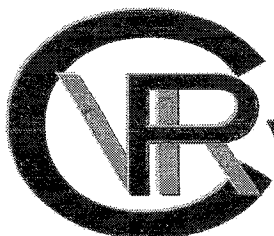
Embora permaneça o dever das licitantes de apresentar os documentos necessários à comprovação de atendimento dos requisitos de habilitação fixados no edital, não se afasta a possibilidade de a própria Administração realizar diligências que viabilizem a correta análise dos aspectos envolvidos.

Objetivando suprir a falta de apresentação dos documentos pela licitante e com fundamento no art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, admite-se a realização de uma consulta on-line ao site oficial da Junta Comercial, a fim de emitir eventual certidão de inteiro teor que comprove todas as alterações realizadas no ato constitutivo, desde que se trate de documento que possa ser obtido pela internet e que a Administração realize referida consulta na sessão de licitação.

A diligência fundamenta-se no reconhecimento de que a omissão na documentação constitui falha meramente formal, passível de ser saneada em consulta a site oficial na internet. Se é possível conferir on-line a regularidade da licitante, sem prejuízos à Administração ou aos demais participantes, não há por que não o fazer. Além disso, tal medida observa os princípios da verdade material, da competitividade e do formalismo moderado.

E mais, ainda que fosse inviável obter uma comprovação on-line, sem prejuízo de posicionamentos divergentes, entendemos que seria possível à Administração suspender a sessão pública para realizar diligências perante a Junta Comercial ou com a própria licitante acerca da documentação faltante e, se for o caso, sanear o vício.

Nessa hipótese, a própria licitante poderia apresentar o contrato social consolidado ou seu ato constitutivo com todas as alterações subsequentes ou, ainda, uma certidão simplificada ou de inteiro teor (documentos expedidos pela Junta Comercial



VPR CONSTRUTORA

Rua Tenente Portela, 604 APT 302

Fone (55) 9 9686-1855

KJ

e que relatam os atos arquivados no referido órgão). Tais informações teriam o intuito de validar a habilitação da licitante quanto ao ponto.

Tal defeito pode ser saneado se, em diligência (art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993), confirmar-se a regularidade da licitante quanto ao requisito habilitatório, que é o caso da empresa VPR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, pois trata-se de posicionamento que observa a tendência de saneamento, priorizando princípios como a verdade material, razoabilidade, proporcionalidade e, especialmente, a ampliação da competitividade capaz de obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

Ademais, segundo a Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

§ 1º Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas



Rua Tenente Portela, 604 APT 302
Fone (55) 9 9686-1855

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page, next to the company's contact information.

econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Entretanto, pode-se apontar que a falta de apresentação do contrato social, novamente no envelope Habilitação, não constitui vício capaz de determinar a inabilitação da licitante, admitindo-se o saneamento, uma vez que o referido contrato foi apresentado à Administração Pública, em momento anterior à ocorrência da licitação, ou seja, efetivamente para requerer o Certificado de Registro Cadastral válido da empresa licitante.



Rua Tenente Portela, 604 APT 302
Fone (55) 9 9686-1855

KV

Por fim, com fundamento na nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, Art. 64, inciso I, após a entrega dos documentos para habilitação, é permitido à Comissão que em sede de diligência, complemente as informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes.

Diante do exposto, a Recorrente apresenta o presente Recurso, e requer que a Comissão de Licitações deste Município observe a tendência de saneamento, priorizando princípios como verdade material, razoabilidade, proporcionalidade e, especialmente, a ampliação da competitividade capaz de obter a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando a participação de somente 03 (três) empresas.

Requer, seja a empresa Recorrente considerada habilitada no certame licitatório Tomada de Preços nº 23/2021, com a sequência dos demais atos.

Frederico Westphalen, 03 de fevereiro de 2022.

37049917/0001-90
VPR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
TENENTE PORTELA, 604, APT 302
CNPJ Nº 37.049.917/0001-90
FREDERICO WESTPHALEN- RS

Karla Cristina Szydlowski
OAB/RS 69.477



Rua Tenente Portela, 604 APT 302
Fone (55) 9 9686-1855